

Trabalho e reprodução das famílias de trabalhadores beneficiários do Bolsa Família em Campos dos Goytacazes/RJ

Labour and reproduction of families of workers benefiting from the Bolsa Família Program in Campos dos Goytacazes, RJ

Érica Vieira Almeida*
Etuanymartins Rangel**

O artigo apresenta um perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Campos dos Goytacazes e do seu processo de reprodução social. Ao contrário de muitas assertivas, a pesquisa reafirma a condição de trabalhador desses beneficiários, em sua maioria, precarizados, mal remunerados e superexplorados. A crise da economia açucareira no município mudou o perfil do mercado de trabalho, sobretudo para os trabalhadores empobrecidos. Atualmente a cana não aparece mais entre as principais ocupações desse segmento. Merece atenção o índice de famílias monoparentais femininas, um arranjo que reduz as estratégias defensivas à precarização e ao desemprego, e aumenta a dependência ao Programa.

This paper presents a profile of families of workers benefiting from the Bolsa Família Program in Campos dos Goytacazes, RJ, as well as their process of social reproduction. Unlike many assertions, the research confirms that most of these beneficiaries keep their status of precarious, underpaid and overexploited workers. The crisis in the local sugar production has changed the profile of the labor market, especially for the poorest workers. Currently, the sugar cane industry is no longer one of the main labour alternatives. It is worth mentioning the rates of female single-parent families as an arrangement that reduces defensive strategies against precariousness and unemployment, and increases dependence on the Program.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Reprodução social. Pobreza.

Key words: Bolsa Família Program. Social reproduction. Poverty.

Introdução

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) foi criado no ano de 2003¹, no governo do então Presidente Lula, e consistiu não só na unificação

* Doutora em Serviço Social/UFRJ e Membro do NETRAD - Núcleo de Estudos em Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFF – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: ericalmeida@uol.com.br

** Graduada do Curso de Serviço Social da UFF/Campos, Membro do NETRAD - Núcleo de Estudos em Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ – Campos dos Goytacazes/RJ – Brasil. E-mail: etuanymartins@hotmail.com.br

¹ Instituído pela Medida Provisória nº 132 de outubro de 2003, o Programa Bolsa-Família é um programa federal de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, isto é, com renda *per capita* mensal entre 70 e 140 reais e em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda *per capita* mensal até 70 reais. Para aquelas famílias em situação de pobreza é transferido um benefício variável por criança e adolescente com até 17 anos (BVJ). O benefício básico só é pago às famílias consideradas em situação de extrema pobreza, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. No governo de Dilma Rousseff, o PBF passa a integrar o Plano Brasil sem Miséria e passa a contar com algumas mudanças. A primeira é o aumento de três para cinco benefícios variáveis para os adolescentes e a outra é a criação de mais dois benefícios variáveis: o variável para gestante (BVG) e o variável para nutrízes (BVN). Segundo o MDS, os valores variam de R\$ 32 a R\$306 reais. Recentemente, o governo Dilma criou o Brasil Carinhoso, prometendo assegurar às famílias mais pobres com crianças de 0 a 6 anos um piso de no mínimo R\$70,00, já que muitas famílias não atingiam essa meta, mesmo com os recursos do PBF.

dos programas de transferência de renda já existentes mas também numa expansão significativa de sua cobertura, que atualmente atinge mais de 13 milhões de famílias, ou seja, um universo próximo dos 50 milhões de brasileiros. Mesmo com essa magnitude, a cobertura do programa não é universal no sentido atribuído pela LOAS (1993), já que o critério de renda, imposto pelo Política de Ajuste Fiscal, vem impedindo que milhões de trabalhadores empobrecidos possam acessá-lo.

Considerado pelos recentes governos do Partido dos Trabalhadores e também por alguns especialistas como o mais importante mecanismo de inclusão social dos últimos anos, o PBF tem possibilitado uma melhor distribuição da renda do trabalho pela via do aumento da renda dos segmentos mais empobrecidos da população. Segundo estudos apresentados pelo MDS (2009), o aumento na renda familiar com a transferência de renda do PBF foi de 48,7%, um aumento significativo, sobretudo para as famílias de menor renda, fazendo com que o percentual de pessoas em condições de extrema pobreza caísse de 12% em 2003 para 4,8% em 2008 (MDS, 2009). Além disso, os estudos do MDS (2009) indicam que houve melhorias nas condições de alimentação e de acesso aos equipamentos coletivos assim como crescimento nos índices de crianças e adolescentes na escola e aumento da escolaridade.

Cabe ressaltar, também, o reconhecimento do governo Dilma Rouseff da necessidade de promover a articulação do PBF com as demais Políticas Sociais como forma de enfrentamento da pobreza e garantir para além do aumento da renda familiar, o acesso aos direitos sociais fundamentais como creche, educação infantil, educação de tempo integral, saúde de qualidade, inclusão produtiva, moradia e saneamento básico. Todavia, esse reconhecimento não foi suficiente para que o governo Dilma Rouseff enfrentasse a política de Ajuste Fiscal, herança dos governos neoliberais do início dos anos 90. Ao mantê-la, o governo perde a sua capacidade de investir na ampliação e universalização da proteção social, restringindo-se a Políticas Compensatórias e focalizadas nas famílias em situação de extrema pobreza. E mais, ao privilegiar o corte de renda na seleção dos beneficiários da Política de Assistência Social, a Assistência Social nas gestões de Lula e Dilma corrobora a concepção “economicista” da pobreza, ao associá-la apenas à insuficiência de renda.

É preciso deixar claro que a problematização do PBF não implica desqualificar o debate sobre o direito à renda. Os Programas de Transferência de Renda têm se constituído um importante mecanismo de distribuição de renda e de melhoria da renda dos trabalhadores mais empobrecidos, sobretudo em países periféricos com altas taxas de desemprego e de subemprego e onde a rede de proteção social não se universalizou. Além disso, não podemos desconsiderar a herança conservadora e assistencialista ainda presente na Política Social brasileira, em especial, na Política de Assistência Social, que reitera valores e práticas anacrônicos e completamente avessos à ideia de cidadania. É preciso lembrar que a nossa modernização tardia e “pelo alto” que conservou um conjunto de elementos arcaicos e excludentes impôs e ainda impõe inúmeros obstáculos

a uma integração social mais equitativa e com justiça social.

Ao contrário do *Welfare State* que se pautou pela lógica da universalização, no Brasil, a focalização vem orientando as Políticas Sociais no país desde a sua emergência nos anos 30 do século passado no Governo Vargas. Cabe lembrar que até a Constituição de 1988 os direitos sociais eram restritos a um conjunto de trabalhadores definidos *a priori* pelo Estado, o que levou Santos (1969) a denominar tal situação de “cidadania regulada”. Ainda que a chamada Constituição Cidadã, de 1988, tenha introduzido uma nova concepção de cidadania, a desigualdade entre trabalhadores formais e informais tem impedido o avanço no campo da proteção social universal. Como se não bastasse essa distinção entre políticas contributivas e não contributivas no interior da Seguridade Social, a introdução dos critérios de renda na Política de Assistência Social, definindo aqueles que podem ou não requerer um benefício ou acessar um programa, vem promovendo um conjunto de outras distorções, dentre elas, a exclusão de milhões de trabalhadores e inativos de qualquer possibilidade da proteção estatal, um verdadeiro desastre do ponto de vista da promoção da equidade social.

Fruto de uma pesquisa que teve como proposta problematizar o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) no município de Campos dos Goytacazes, considerando a sua novidade e relevância na política de combate à extrema pobreza e a ampliação da sua cobertura, o presente artigo tem como finalidade apresentar os resultados dessa pesquisa chamando atenção para as contradições dessa modalidade de intervenção social. Além disso, os resultados da pesquisa nos permitiram aprofundar a nossa compreensão acerca dos trabalhadores empobrecidos e do seu processo de reprodução social, considerando o crescimento da precarização e o atual escopo da Proteção Social a eles destinado.

Outra preocupação é se além da complementação da renda, o modelo atual do PBF tem sido capaz de desenvolver articulações e redes de proteção capazes de garantir aos cidadãos mais empobrecidos o acesso ao conjunto dos direitos fundamentais, dentre eles, o direito ao trabalho decente e protegido. Queremos chamar atenção para a ausência, nas diversas esferas de governo, de uma ação articulada e intersetorial que possibilite aos trabalhadores empobrecidos e suas famílias, reproduzirem-se para além do nível da sobrevivência e da precarização. Pensamos que só respondendo a esses desafios é que o Programa Bolsa Família poderá assumir um significado para além do “alívio” e da “ajuda” imediata.

Neste sentido, saber quem são os trabalhadores beneficiados pelo Programa Bolsa Família em Campos; de que maneira eles se inserem no mercado de trabalho; em que situação e sob quais condições essas famílias se reproduzem socialmente e de que maneira o Estado vem respondendo às demandas desse grupo social, além das representações sobre o PBF e impactos do Programa em suas vidas, são algumas das questões que nos motivaram e que serão apresentadas a seguir.

Metodologia

A incorporação pelo Serviço Social brasileiro dos conteúdos da Crítica à Economia Política nas análises das Políticas Sociais foi extremamente relevante para a crítica ao processo de des-economicização das relações sociais promovido pelos intelectuais orgânicos da burguesia ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000, sob a hegemonia do neoliberalismo. Podemos dizer que ela representou um marco na resistência ao “pensamento único” e à crença no “fim da história”. Do nosso ponto de vista, a presença dos fundamentos da tradição marxista nas pesquisas sobre Política Social tem permitido o desenvolvimento de uma perspectiva crítica àquelas que tendem naturalizar as Políticas Sociais ao omitir os seus vínculos com o desenvolvimento do capitalismo, em especial, com o padrão atual do capitalismo mundializado e, por conseguinte, com os projetos políticos e societários (das classes) em disputa.

Ora, se pensar as Políticas Sociais a partir da lente marxista nos permitiu compreendê-las como estratégias de reprodução da força de trabalho e, também, de integração dos trabalhadores à ordem burguesa, possibilitando, ao mesmo tempo, a reprodução do trabalho e do capital, a sua permanência nos estudos atuais, seja nos países centrais seja nos periféricos, tem possibilitado avançar na compreensão do significado das novas Políticas Sociais ou Políticas de “nova geração”, num contexto marcado pela hegemonia do capital financeiro, para o qual a integração pelo trabalho socialmente protegido não aparece mais como motivação. Multiplicam-se as concepções que defendem o empreendedorismo como saída, assim como aquelas que culpabilizam os indivíduos (os pobres) e suas famílias pelas suas condições, desresponsabilizando o Estado pelo enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social” que, no Brasil, é produto de uma modernização conservadora incapaz de oferecer condições mínimas de trabalho e de proteção a todos os seus trabalhadores.

Considerando as diferentes possibilidades de abordar o Bolsa Família e os estudos produzidos sobre esse Programa que completa 10 anos em 2013, decidimos priorizar, como já apresentamos, o processo de reprodução social dos trabalhadores empobrecidos de Campos dos Goytacazes e sua relação com o referido Programa. Para tal, a pesquisa contou com uma fase inicial de revisão bibliográfica sobre a temática da transferência de renda, da pobreza e da desigualdade e sobre a atual configuração da Política de Assistência Social, além de um levantamento inicial dos indicadores socioeconômicos do município, utilizando-se para isso de fontes como IBGE (Censo 2000, 2010) e as informações geradas pelo banco de dados do CadÚnico do município² (dados referentes a dezembro de 2009) que contava com mais de 30 mil famílias, das quais 58% eram beneficiárias do PBF.

² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa-Família.

No entanto, algumas lacunas do CadÚnico no que se refere ao mundo do trabalho (ocupações, vínculos e relações de trabalho) e também aos não ocupados e seus motivos, além de informações sobre trabalho infanto-juvenil, nos motivaram a realizar uma pesquisa de campo com os responsáveis do PBF do município, observando alguns critérios, tais como, percentual de famílias beneficiadas pelo PBF na zona urbana e rural, responsáveis do sexo feminino e masculino e bairros com maior concentração de pessoas beneficiadas pelo mesmo. Além disso, destaca-se que, mesmo o CadÚnico sendo um relevante instrumento de pesquisa, suas informações não se restringem ao universo de famílias que recebem o PBF, já que ele acolhe também as informações das famílias com renda superior ao estabelecido pelo Programa, que por isso dele são excluídas.

Definida a amostra de 2% do universo de famílias beneficiadas pelo PBF em Campos (dezembro/2009), passamos à segunda fase da pesquisa que foi a aplicação dos 401 formulários com os responsáveis pelo PBF³, sendo 71% em áreas urbanas e 29% nas áreas rurais. A aplicação dos formulários se deu durante o ano de 2010. Encerrada a fase de aplicação dos formulários e tratamento e análise das informações, passamos à terceira e última fase da pesquisa, a de realização de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis visando recuperar a trajetória de vida e de trabalho dos mesmos e suas representações acerca da sua relação com as políticas públicas, em especial, com o PBF. Na definição dos entrevistados foram considerados relevantes o sexo e a idade dos responsáveis, assim como o local de moradia, na tentativa de capturarmos não apenas as influências da diferença territorial (rural/urbano), mas também de gênero e geração nas representações dos responsáveis entrevistados. As entrevistas aconteceram em 2011 e o relatório final de pesquisa foi elaborado no final do ano de 2012.

A pesquisa e seus resultados

A década de 90, no Brasil, constitui um marco no que se refere aos Programas de Transferência de Renda. Inicialmente restritos a algumas prefeituras como Campinas/SP, Ribeirão Preto/SP e Brasília/DF, essa modalidade de política social ganhou um alcance mais amplo na segunda metade dos anos 90, e foi adotada por outros municípios e estados, assim como pelo próprio governo federal durante a gestão de FHC (SILVA et al., 2008). Estudos demonstram que os programas de transferência de renda implementados na década de 90 tiveram em comum a focalização, restringindo-os às famílias com renda *per capita* até ½ salário mínimo mensal e a ênfase nas contrapartidas, dentre elas, a frequência escolar de crianças e adolescentes como forma de enfrentamento ao trabalho infantil.

³ Cabe esclarecer que os formulários foram aplicados apenas aos responsáveis titulares do PBF e que a essa denominação de “responsável” não se aplica nenhuma discussão conceitual a respeito de posições e funções na família. No entanto, o altíssimo percentual de mulheres titulares do PBF (94% no Brasil e 97,5% em Campos) indica a primazia concedida pelo MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) às mulheres, consideradas “chefes de casa” (SARTI, 2003).

A primeira década do século XXI nos mostra que essa modalidade não apenas se espalhou geograficamente como também ganhou relevância na Política de Assistência Social brasileira, configurando-se como a principal estratégia de enfrentamento à pobreza dos três últimos governos. O Programa Bolsa Família (PBF) aproxima-se de algumas experiências latino-americanas, também implementadas durante o governo de presidentes considerados “progressistas”, ou seja, daqueles eleitos após o “dilúvio neoliberal” que se abateu sobre a região durante 20 anos e que se caracterizou, principalmente, pela mercantilização dos direitos, desresponsabilização social do Estado (TELLES, 1999) e pela refilantropização da questão social (YAZBEK, 1995). Segundo dados da CEPAL, 19 países latino-americanos desenvolvem programas de transferência de renda condicionados, proporcionando uma cobertura superior a 22 milhões de famílias em situação de pobreza; dessas, mais de 13 milhões estão no Brasil (PEREIRA et al., 2010).

Considerado, como já vimos, como uma ação estratégica no aumento da renda dos trabalhadores mais empobrecidos, o PBF tem sido apresentado como um importante instrumento de melhoria nas condições de vida das famílias beneficiadas, sobretudo no acesso à escola e ao aumento da escolaridade dos mais jovens. No entanto, são muitas as críticas no que se refere aos seus impactos na melhoria das condições de vida dos seus beneficiários, seja pelos seus limites orçamentários em função da política de ajuste fiscal, seja pela sua incapacidade de ir além da transferência de recursos monetários.

Em Campos dos Goytacazes, passados quase dez anos de implementação do PBF, já é possível tecer sobre ele algumas considerações. Segundo informações do CadÚnico (2009), as mulheres foram apontadas como responsáveis por 94,2% dos domicílios. Em comparação com as respostas colhidas na pesquisa com os beneficiários do PBF em Campos (RPBF), observamos um percentual ainda mais elevado – de 97,5%. Tal fato pode ser explicado pelo aumento dos arranjos monoparentais femininos entre as famílias mais pobres, como veremos a seguir. Ainda sobre os responsáveis, a pesquisa nos mostra que 63% deles possuem entre 30 e 49 anos. Chamou-nos atenção o fato de 24% deles serem jovens e terem entre 18 e 29 anos, contribuindo para que a média de idade dos responsáveis pelo PBF em Campos seja de 37,35 anos.

Sobre o estado civil dos responsáveis, 50,6% responderam que estão casados ou residem com o companheiro (a), o que nos leva a afirmar que os restantes 49,4% estão entre aqueles que responderam que são solteiros (as), separados/divorciados (as) ou viúvos. Entre os responsáveis jovens, com idade entre 18 e 29 anos, o percentual daqueles que não vivem com um companheiro (a) é de 44,32%. No entanto, se considerarmos o sexo dos responsáveis jovens solteiros, verifica-se que 100% deles são do sexo feminino e têm, pelo menos, um filho. O sistema de saúde municipal já indicava o crescimento da maternidade na adolescência em Campos, visto que, em 2009, 20,3% das crianças nascidas tinham mães adolescentes com idade inferior aos 20 anos (DATASUS, 2009)⁴.

⁴ Essas informações têm como fonte o Ministério da Saúde/DATASUS e foram colhidas do site do Portal ODM / Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (on-line). Disponível em: <www.portalodm.com.br>. Acessado em: 10 de jun. 2012.

Informações sobre o abandono da escola apresentadas pela pesquisa em tela também confirmam a gravidez entre as mais jovens como importante causa desse abandono. A pesquisa com os beneficiários do PBF apontam que 4% dos adolescentes com idade entre 10 e 17 anos disseram que deixaram a escola em função da gravidez. Entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos, esse índice foi de 7,5%. Como podemos observar, a presença da gravidez na adolescência tem impedido que uma grande parte dessas meninas conclua os seus estudos, dificultando a sua inserção atual e futura no mercado de trabalho, em postos de melhor qualidade e que exigem mais escolaridade.

As entrevistas com responsáveis pelo PBF também confirmam essa trajetória. Entre as mulheres entrevistadas, todas engravidaram antes dos 16 anos. Para a Entrevistada nº1, o abandono da escola veio concomitantemente com a gravidez: “Arrumei os filhos, aí tinha que trabalhar dobrado, porque era para manter a casa e manter os filhos”. O relato da Entrevistada nº 2 também confirma essa relação.

“Com 15 anos eu casei e aí eu comecei ajudando meu esposo, aí nisso eu tive que parar os estudos para ajudar ele a pagar as coisas dentro de casa” (RELATÓRIO DE PESQUISA/NETRAD, 2012).

A Tabela 1 ajuda a compreensão dos arranjos familiares entre os beneficiários do PBF em Campos.

Tabela 1 - Responsáveis pelo PBF por Sexo e Estado Civil

Responsáveis pelo PBF do Sexo Masculino	Número absoluto	%	Responsáveis pelo PBF do Sexo Feminino	Número absoluto	%
Solteiros	01	10	Solteiros	142	36,31
Casados/Relação Estável	08	80	Casados/Relação Estável	195	49,87
Separados/Divorciados	01	10	Separados/Divorciados	34	8,69
Viúvos	00	00	Viúvos	20	5,11
Total	10	100	Total	391	100

Fonte: Pesquisa com RPBF/NETRAD/2012⁵

Se considerarmos os responsáveis pelo PBF sem cônjuge/companheiro (a), somamos 198 ou 49,3%, dos quais 196 são do sexo feminino e apenas 2 do sexo masculino, o que corresponde a 99% e 1%, respectivamente. Se compararmos os percentuais referentes aos responsáveis pelo PBF do sexo masculino sem cônjuge (20%) com o mesmo percentual referente aos responsáveis do sexo feminino (50,12%) verifica-se que o segundo é mais do que o dobro do primeiro, indicando que as famílias monoparentais são femininas, caracterizadas por arranjos formados por mãe e filhos, dificultando os chamados “arranjos de inserção” (BORGES, 2006) no enfrentamento do desemprego e da precarização.

⁵ Pesquisa realizada com os responsáveis pelo Programa Bolsa Família em Campos dos Goytacazes, realizada pela equipe de pesquisa do NETRAD (Núcleo de Estudos em Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento) da UFF/Campos, no período de 2009 a 2012.

As entrevistas corroboram os dados citados ao apresentarem inúmeras trajetórias de mulheres sozinhas cuidando de seus filhos após o abandono dos seus respectivos companheiros. Vejamos as falas em seguida: “Eu que sou o pai e mãe deles” (Entrevistada nº1); “Engravidei com 14. Eu criei minha filha, não foi sozinha porque meus pais me apoiaram” (Entrevistada nº2); “Morava na roça, tenho 3 irmãos, 4 comigo. Minha infância foi muito difícil, porque minha mãe não tinha marido criou nós 4 com muita dificuldade, foi muito difícil, parei de estudar, eu tinha 13 anos” (Entrevistada nº 3).

“Bem, assim até as bases dos 8 anos, eu não lembro. Mas dos 8 anos para cá teve a separação dos meus pais; com 8 anos eu tinha que cuidar dos meus irmãos pequenos para minha mãe trabalhar. Depois a gente se mudou de lá e veio para cá para Terra prometida foi quando eu conheci o lixão e comecei a trabalhar também para poder ajudar a minha mãe” (Entrevistada nº 1).

É quase consensual entre os autores a tese de que o desemprego é o principal responsável pela perda da autoridade do homem na unidade familiar (SARTI, 2003; SANTOS, 2011). Reconhecido, tradicionalmente, como o provedor da renda familiar e “chefe da família” (SARTI, 2003), para o homem, a perda do trabalho e do *status* de provedor implica, quase sempre, a perda da autoridade, do reconhecimento e da obediência por parte dos membros da família, fazendo com que ele busque um novo lar onde possa reconstruir as posições perdidas na família anterior (SANTOS, 2011).

Entre as mulheres sem cônjuge, a pesquisa nos mostra que apenas duas não têm filhos. Do total de mulheres sem companheiros e com filhos, 70% têm filhos maiores de 10 anos, contra 30% que têm filhos menores de 10 anos, dificultando ainda mais as estratégias defensivas. Entre as mulheres sem companheiros e com filhos, 64% não estão trabalhando. Os motivos apresentados para não estarem trabalhando são, em ordem decrescente: problemas de saúde; porque não encontram trabalho e porque não têm onde e com quem deixar os filhos. Ainda com relação ao universo de mulheres sem companheiros e com filhos que não estão trabalhando, 59% responderam que não estão procurando emprego, contra 41% que responderam que ainda têm expectativa de se integrar ao mercado de trabalho. Entre as que não trabalham, incidem os problemas de saúde e a falta de perspectiva de se integrar ao mercado de trabalho depois de tantos anos sem trabalhar. A maioria já foi como empregada doméstica ou faxineira/diarista.

Se compararmos os percentuais das mães que não estão trabalhando e que têm filhos maiores de 10 anos com aquelas em mesma situação com filhos menores de 10 anos temos, respectivamente, 65% e 58%. Inicialmente, poderíamos estranhar o fato de o percentual de não ocupação entre aquelas que têm filhos maiores de 10 anos ser maior que o do segundo grupo, mas, se observarmos os motivos por grupo, veremos que enquanto no grupo de mães com filhos maiores de 10 anos os principais motivos citados para o fato de não estar trabalhando foram problemas de saúde (1º lugar) e porque não encontram trabalho (2º lugar), para o segundo grupo (mães com filhos

menores de 10 anos), os três motivos (problemas de saúde, porque não encontram trabalho e porque não tem onde e com quem deixar os filhos) são igualmente citados, o que indica que a ausência de Programas de apoio às mães trabalhadoras que não podem pagar pelo serviço tem implicado a exclusão das mesmas do mercado de trabalho, tanto quanto os problemas de saúde e o desemprego.

Sobre a composição do domicílio, vale ressaltar a diferença entre os percentuais apresentados pelo CadÚnico do município (2009) e pela pesquisa com os beneficiários do Bolsa Família. Enquanto o primeiro indicava que 70% dos domicílios tinham até quatro pessoas; a segunda apontava para 52%, o que nos leva a afirmar que as famílias do PBF são mais extensas. Ainda segundo a pesquisa com os beneficiários do PBF em Campos dos Goytacazes, 40% das famílias têm até dois filhos e 25% têm 3 filhos. Se somarmos todas as famílias que possuem até 3 filhos, esse índice chega a 65%, o que significa que o número de filhos por família vem diminuindo também entre as famílias mais empobrecidas.

As informações do CadÚnico do município apontam que dos 23.283 domicílios urbanos considerados ativos pelo sistema em dezembro de 2009⁶, 29% tinham cinco anos de inclusão no PBF em 2010, ano da pesquisa de campo; 24,5% tinham quatro anos de PBF, 13,1% tinham três anos de PBF e 33,4% tinham até dois anos de PBF. Considerando o tempo de vínculo dessas famílias ao PBF já é possível problematizar qual tem sido o papel do Programa na garantia dos direitos, além do seu papel estratégico no que se refere à inclusão dessas famílias nas Políticas Públicas e nas agendas dos governos locais. No entanto, observa-se, ainda um déficit muito grande no que se refere ao acesso aos serviços fundamentais como moradia e saneamento básico, por exemplo. Aliás, o déficit nessas áreas não é novidade⁷. Notícias recentes confirmam a economia de recursos para o Ajuste Fiscal na área de moradia de interesse social. O Programa “Minha Casa, Minha Vida”, programa federal que pretende construir até um milhão de moradias nos próximos anos, prometeu que 400 mil moradias serão destinadas para quem tem renda até três salários mínimos, o que ainda não foi cumprido.

⁶ O CadÚnico de Campos tinha 9.345 domicílios ativos na zona rural, mas sem data de inclusão; daí trabalhamos apenas com os domicílios urbanos que representavam, à época, 71% do universo do CadÚnico. Ainda que o debate conceitual entre o que é urbano e rural mereça maiores discussões, cabe registrar que a noção de urbano e rural aqui é aquela utilizada pelo IBGE, portanto, uma divisão de natureza político-administrativa. Cabe destacar que enquanto a população rural do município de Campos decresceu nas últimas décadas passando de 15,5% em 1991 para 10,5% em 2000 e para 9,7% em 2010, o CAD registra um índice de 29% de famílias residentes na zona rural, o que demonstra a concentração da pobreza no campo. Ainda que a produção de cana seja uma atividade econômica extremamente concentradora e nunca tenha produzido o bem-estar dos seus trabalhadores, a perda da centralidade da cana na economia local afetou negativamente o campo. Concomitante à cana, a expansão da pecuária junto com a reconcentração da terra na região indica a ausência de um projeto para a região que passe pela democratização da terra e pelo enfrentamento das desigualdades no campo. A atual situação dos assentados e dos pequenos agricultores confirma os indicadores de pobreza e de descaso da Política Pública local, estadual e federal com as famílias que ainda permanecem no campo.

⁷ De acordo com a Fundação João Pinheiro, em 2003, o município de Campos possuía um déficit habitacional de 11.822 domicílios, sendo a maioria nas famílias com renda de até 2 salários mínimos. O déficit habitacional, do ponto de vista quantitativo, engloba os domicílios rústicos, os improvisados e aqueles de coabitação familiar; e, do ponto de vista qualitativo, inclui também os aspectos que, embora não demandem novas construções, apontam para a melhoria daquelas existentes, quais sejam, carência de infraestrutura, adensamento excessivo, inadequação fundiária e a inexistência de unidade sanitária no domicílio. Sendo assim, se considerarmos a inadequação dos domicílios o município de Campos apresentava, em 2003, um percentual de 72% ou 65.042 domicílios, sendo a carência de infraestrutura o item de maior relevância (NETRAD, 2006).

Em Campos dos Goytacazes, mesmo com os investimentos municipais dos últimos 20 anos, o déficit de moradia ainda constitui uma grave sequela da questão social⁸. Atualmente, a prioridade concedida à política de remoção de favelas em áreas de risco (próximas às rodovias e áreas inundáveis) vem excluindo do cadastro da Política Municipal de Habitação qualquer outra demanda por moradia. De acordo com as informações do CadÚnico, 57% das famílias têm domicílio próprio contra 38% que disseram que vivem de aluguel ou em moradias cedidas e emprestadas. Se compararmos com os dados do município (Censo 2010), observa-se que a média de domicílios próprios é de 79,6%, o que nos mostra que o déficit de moradia entre os trabalhadores de menor renda é muito maior. Mesmo que o percentual de domicílio próprio tenha crescido entre 2000 (76,3%) e 2010 (79,6%), eles não estão concentrados nas famílias de menor renda. Ainda de acordo com o CadÚnico, 56,5% dos domicílios possuem entre 4 e 5 cômodos; 27% têm até 3 cômodos e 10% até 2 cômodos (3.355 domicílios). Considerando-se que os domicílios de menor renda do CadÚnico são aqueles pertencentes aos beneficiários do PBF, podemos associar, também, os domicílios com menor número de cômodos aos beneficiários do Programa.

Se verificarmos os dados do município (Censo 2010), observamos que 74% da população têm acesso ao serviço de água encanada e 58,2% à rede de esgoto e outras formas consideradas adequadas como fossa séptica. Embora baixas se comparadas com outros países, essas médias são bem superiores às médias das famílias cadastradas no CadÚnico de Campos, por exemplo, onde 43,5% dos domicílios ainda não têm acesso à água distribuída pela rede pública, 35% dependem de poços ou nascentes e apenas 56% têm acesso à água encanada. No item esgotamento sanitário, enquanto 28% têm acesso à rede pública e 28% à fossa séptica, 35% contam apenas com fossa rudimentar e, o que é mais grave, 4% ainda permanecem em locais com valas e esgoto a céu aberto. Ora, se por um lado esses dados demonstram que a pobreza no Brasil não pode ser analisada apenas a partir dos indicadores de renda (ou melhor, da falta dela), devendo incorporar também a desigualdade no acesso aos equipamentos públicos e aos direitos fundamentais; por outro eles indicam a fragilidade da rede de proteção social, revelando a ausência e/ou insuficiência da articulação necessária entre os governos e dentro dos próprios governos com vistas a garantir uma proteção integral às famílias.

As respostas dos responsáveis pelo PBF sobre o tempo de residência indicam que 52% sempre residiram no mesmo lugar ou residem no local atual há mais de 20 anos. Entre aqueles que se deslocaram, 54% vieram de outro bairro do município, sendo 24% há mais de 20 anos, 31% há mais de 10 anos e 33% há menos de 10 anos. Essa mobilidade nos últimos 20 anos coincide com os programas de moradia popular

⁸ Segundo estudos locais, em 2007, foram construídas aproximadamente 1.000 unidades habitacionais, e para 2008 estava prevista a construção de outras 1.700 unidades, meta não alcançada. Mesmo assim, registra-se um crescimento vertiginoso se comparado ao número de construções entre 1989 e 2001, de 1.001 unidades habitacionais. Em 2008, a prefeita eleita prometeu construir 10.000 moradias. Embora essa meta ainda não tenha sido alcançada, vale registrar que o governo atual construiu até agora 5.100 casas populares.

implementados no município, pelos governos municipais e/ou estadual. Apenas 19% responderam que vieram da zona rural de Campos. Desses, 46% disseram que vieram para a cidade há mais de 20 anos, coincidindo com o período de êxodo do campo em virtude das mudanças nas relações de trabalho na produção de cana-de-açúcar (principal atividade econômica do município à época) e também da própria crise enfrentada pelas usinas locais de açúcar e de álcool⁹. Além disso, 26% responderam que deixaram o campo entre 10 e 19 anos atrás e 15% entre 5 e 9 anos atrás. Atualmente o campo brasileiro tem se caracterizado pela incorporação de um conjunto diferenciado de atividades para além daquelas tradicionalmente ligadas ao setor agropecuário. Ademais, são inúmeras as famílias de pequenos camponeses que já não conseguem sobreviver da renda oriunda da agricultura e/ou de pequenas criações, necessitando do assalariamento de alguns dos seus membros em outras atividades no campo ou na cidade, já que esta oferece maiores oportunidades, levando-os a se deslocarem para áreas menos valorizadas da cidade. Do restante, 17% vieram de outros municípios e 8% de outros estados da federação.

O casamento foi o responsável pela mudança de domicílio de 27,5% dos responsáveis pelo PBF. Para 16,7% a mudança foi em virtude da conquista da casa própria e do fim do aluguel e/ou da cessão do imóvel. Ainda com relação aos motivos que os levaram a se mudar, 15,2% dos responsáveis pelo PBF disseram que se mudaram junto com os pais, mas não declararam os motivos e 10,5% se mudaram porque perderam o emprego. Não é desprezível o percentual que se mudou para cuidar da família, geralmente dos pais idosos e doentes, totalizando 9%. “Porque o bairro não oferece condições”, referindo-se, principalmente, às condições de saneamento básico foi motivo para a transferência de 3,5% das famílias, o mesmo índice que disse que se mudou para os filhos estudarem. A violência no bairro foi apontada como ensejo para mudança por 3%, mesmo percentual dos que informaram se mudar por causa da violência doméstica.

O Mundo do Trabalho

Perguntados se estavam trabalhando ou não, 44% dos responsáveis pelo PBF e seus companheiros(as) disseram que sim, contra 56% que responderam que não estavam trabalhando no momento. Antes de qualquer análise, é preciso lembrar que 67% do universo de responsáveis pelo PBF e cônjuges são mulheres, o que nos auxiliará nas reflexões sobre o item trabalho. A Tabela 2 é bastante esclarecedora nesse aspecto.

⁹ Do início dos anos 80 até hoje foram fechadas dezenas de unidades industriais. Atualmente, existem apenas três usinas em funcionamento. Esse fechamento é consequência da perda de espaço da produção campista na produção nacional, hegemônica por São Paulo e implica, sem dúvida, a perda de postos de trabalho tanto no campo quanto nas unidades industriais.

Tabela 2 - Responsáveis e cônjuges por sexo trabalhando e não trabalhando

Responsáveis e Cônjuges	Homens	Mulheres	Total
Trabalhando	148 (74%)	118 (29%)	266
Não trabalhando	50 (25%)	280 (70%)	330
Não declararam	2 (1%)	4 (1%)	6
Total	200 (100%)	402 (100%)	602

Fonte: RPBF/NETRAD (2012)

Verificamos que o índice de ocupação entre os homens é mais do que o dobro do apurado entre as mulheres. Além disso, o alto índice de famílias compostas por mulheres sem cônjuges já seria um forte motivo para a presença dessas mulheres no mercado de trabalho pela necessidade de elas auferirem a renda necessária à sobrevivência dessa unidade familiar, mas isso não acontece. Como já vimos, a ausência de uma Política Pública de apoio às famílias monoparentais femininas tem impedido que muitas mulheres busquem uma vaga no mercado de trabalho ou quando o fazem, aspectos como falta de experiência ou de capacitação tem impedido sua inserção.

Em entrevista, essas mulheres denunciam a falta de apoio das Políticas Sociais e ainda reafirmam as dificuldades de conciliar casa, filhos e trabalho, assim como os conflitos e tensões oriundos dessa necessidade. Vejamos:

“Ter que sair pra trabalhar e deixar eles em casa, eu não tenho quase tempo pros meus filhos e a hora que eu tô em casa tenho que me desdobrar em quase 10 pra poder dá atenção que eles cobram muito. Jeferson foi reprovado, não por falta de frequência, mas por falta de atenção” (Entrevistada nº3, NETRAD, 2012).

“Eu sinto que é falta da minha atenção, a professora fala que eu não tenho que me culpar por isso, mas eu sinto que é por isso. Às vezes eu chego cansada, tem que ver o caderno de todo mundo e não dá, a minha ausência né, fez isso. Esse ano, eu pretendo dobrar minha atenção com ele, e ele é inteligente mas tem suas dificuldades, né?” (Entrevistada nº2, NETRAD, 2012).

São muitas as determinações que influenciam na configuração do mercado de trabalho, em especial, na sua configuração atual considerando as tendências contemporâneas do capitalismo mundanizado que vem combinando desemprego estrutural com liberalização da economia e flexibilização dos direitos expandindo as diferentes formas de precarização do trabalho, antes restritas às economias periféricas. Aliás, diferentes autores têm chamado nossa atenção para a configuração atual de um mercado de trabalho cada vez mais dual com o aprofundamento da acumulação flexível: um primeiro, com bons salários, direitos e salários indiretos; e um segundo completamente desprotegido, precarizado e inseguro. Mal remunerado e sem as condições mínimas de proteção social e trabalhista, esse mercado de trabalho precarizado vem ganhando proporções significativas, seja nas economias periféricas ou

centrais, combinando o formal e o informal, o protegido e o clandestino, o integrado e o excluído da proteção social.

Semelhante fato demonstra que a precarização do trabalho não constitui um traço da essência do capitalismo periférico, subdesenvolvido ou imperfeito, superável com a passagem ao capitalismo desenvolvido. Ao contrário, a reestruturação produtiva implementada com o novo padrão de acumulação tem nos mostrado que a precarização, entendida como um processo que articula a flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais com rebaixamento salarial, superexploração da força de trabalho, trabalho temporário e parcial, e ainda trabalho feminino e infanto-juvenil, tem se constituído num componente estratégico do processo de reprodução social vigente. Ao lado do desemprego estrutural, a precarização do trabalho tem forjado novas sociabilidades que têm desafiado os sistemas de proteção atuais, demonstrando os seus limites diante das novas expressões colocadas pela “questão social”. Daí a necessidade de colocarmos em discussão a relação entre trabalho e proteção social, articulando os problemas, questões e tensões apresentadas pelo trabalho de um lado e os limites e constrangimentos das respostas no campo da Proteção Social Pública do outro.

Dando continuidade, entre os principais motivos apresentados por aqueles que não estavam trabalhando (lembrando que 70% são mulheres), destacam-se:

Tabela 3 - Principais motivos de não estarem trabalhando

Principais motivos de não estarem trabalhando	%
Porque não encontra trabalho	27,5
Em virtude de problemas de saúde	27,3
Porque não tem onde deixar os filhos	12,7
Problemas familiares	9,7
Motivos diversos	9
Não declararam	9
Porque o marido não permite	3
Porque está estudando	1,5
Total	100

Fonte: RPBF/NETRAD (2012)

Entre aqueles que responderam que não estão trabalhando em virtude de problemas de saúde, 88% são mulheres com média de idade de 43 anos, em plena idade produtiva, com 17 anos menos da idade necessária para a aposentadoria por idade e com 22 anos menos da idade requerida pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁰. Entre aqueles que responderam que não estão trabalhando porque não encontravam trabalho, 78% eram mulheres que nunca tiveram a carteira assinada e trabalhavam como empregada doméstica ou faxineira/diarista ou apenas em casa, garantindo através do trabalho doméstico a reprodução daquela unidade familiar. Entre os homens que

¹⁰ O BPC ou Benefício de Prestação Continuada é um benefício da Assistência Social instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social/1993). Para acessá-lo não é necessário ter contribuído para a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível que assegura a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso com 65 anos de idade ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

não estavam trabalhando em virtude de problemas de saúde (22%), eles também nunca tiveram a carteira assinada e trabalhavam como ajudante de pedreiro, pedreiro, trabalhador rural e trabalhador de usina.

Sobre o tempo de desemprego, 37,5% estavam desempregados há mais de quatro anos; 21,8% até seis meses; 16,8% entre um e dois anos; 15% entre seis meses e um ano e 8,8% entre três e quatro anos. Se somarmos aqueles que estão desempregados há mais de três anos, teremos um total de 46,3%, percentual alto para um período longo de desemprego, o que pode indicar o não retorno ao mercado de trabalho, sobretudo em atividades disputadas pelos trabalhadores de baixa renda, visto que atualmente tem-se exigido experiência profissional e qualificação.

Dos desocupados, 42% continuam procurando emprego contra 52% que já desistiram. Entre estes últimos, 90% são mulheres. É preciso destacar que ao cansaço, ao desalento e à descrença na possibilidade de retornar ao mercado de trabalho, sobretudo para aqueles que já estão desempregados há mais tempo, são acrescidos os problemas de saúde pessoal e familiar, além do fato de não terem com quem deixar os filhos, no caso das mulheres. Entre os homens que desistiram de procurar emprego, 75% têm mais de 40 anos. Para 31,5% deles, a doença foi apresentada como principal motivo; 38,5% alegaram motivos diversos; 3% responderam que desistiram de procurar emprego por cansaço e 3% responderam que faltava dinheiro para o transporte na procura por trabalho.

Cabe destacar que entre os desempregados 88% já trabalharam, logo apenas 9,7% do universo de responsáveis do PBF e seus cônjuges disseram que nunca trabalharam. A Tabela 4 apresenta as ocupações de 94,5% deles.

Tabela 4 - Principais ocupações daqueles que estão trabalhando

Principais ocupações entre os que estão ocupados	%
1 - Faxineira /Diarista	14
2 - Pedreiro	9
3 - Ajudante de Pedreiro	8,6
4 - Servente /Auxiliar de Serviços Gerais	7,5
5 - Empregada Doméstica	6,3
6 - Biscateiro	4,8
7 - Outras atividades (salgadeiras, entregadores, babás, campeiros, copeiras, lanterneiros, ajudantes de mecânico e soldadores)	4,7
8 - Trabalhador rural	4,1
9 - Manicure/Pedicure	3,7
10 - Trabalhador de usina	3,7
11 - Catador	3,3
12 - Motorista	2,6
13 - Cozinheira	2,2
14 - Ambulante	2,2
15 - Atendente	1,8
16 - Eletricista	1,5
17 - Montador de móveis	1,5
Total	94,5

Fonte: RPF/NETRAD (2012)

Ao apresentar as atividades relacionadas ao mercado de trabalho acessado pelos trabalhadores beneficiários do PBF, observamos que tais atividades coincidem com o mercado de trabalho nacional voltado para esse mesmo segmento dos trabalhadores. São atividades ligadas aos serviços, em especial, aos serviços domésticos, e à construção civil, sobretudo com as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), da Copa do Mundo e das Olimpíadas e, também, com o crescimento do crédito imobiliário, símbolo da era Lula e Dilma e do novo desenvolvimentismo.

Em se tratando de Campos dos Goytacazes, desde os anos 90, os estudos referentes às famílias de baixa renda¹¹ já demonstravam o crescimento dos serviços domésticos que à época atingiam 15% do universo dos trabalhadores pesquisados. Se somarmos os trabalhadores envolvidos com faxina, esse índice sobe para 18,5%. Em seguida, apareciam os trabalhadores rurais ligados à cultura da cana-de-açúcar com 11%, os pedreiros com 8% e as lavadeiras e os serventes com 7% e 6%, respectivamente. Tomando os dados da pesquisa com os beneficiários do PBF (2010), percebemos que houve um incremento nas ocupações relativas aos serviços domésticos (empregadas domésticas e faxineiras/diariatas) que passaram a ocupar 20% desses trabalhadores de baixa renda. O mesmo não aconteceu com os trabalhadores rurais que perderam a segunda posição para as atividades vinculadas à construção civil (pedreiros e ajudantes de pedreiro), passando a figurar na 8ª posição com apenas 4,1% dos trabalhadores¹². Aliás, se tomarmos os dados do IBGE (Censo de 2000) sobre os trabalhadores assalariados com renda até 3 salários mínimos, observaremos que só 6,7% dos mesmos estavam ocupados como trabalhadores agropecuários, florestais, de caça ou pesca, indicando uma clara diminuição do contingente de trabalhadores rurais no município. A pesquisa com os beneficiários do PBF confirma essa tendência de diminuição do número de trabalhadores envolvidos com o trabalho rural, em especial, com o trabalho na cana, o que, por outro lado, tem feito aumentar as contratações de trabalhadores “de fora” do município e, o que é mais grave, muitas vezes em situação análoga à de escravidão. Ao contrário do que se ouvia dos trabalhadores nos anos 70, 80 e início dos anos 90 — “a gente acaba caindo no corte de cana”, demonstrando a associação entre o trabalho na cana (sazonal) e as demais atividades (construção civil, faxina e biscate), assinalada por Cruz (1992), a pesquisa com os beneficiários do PBF nos mostra que o trabalho na

¹¹ Trabalho realizado em 1992 pelo CEPECAM/ Centro de Pesquisa da Cândido Mendes de Campos, atendendo a uma demanda do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e que apresenta uma análise socioeconômica das famílias de baixa renda residentes na zona urbana do município mais Travessão (um aglomerado urbano localizado na zona rural), cujo chefe do domicílio tinha renda até 2,5 salários mínimos mensais.

¹² Os dados do IBGE dos anos 70 e 80 demonstram que o emprego na agropecuária, no município de Campos, chegava a 36,8% e a 30,3%, respectivamente. Em 1983, em plena entressafra, o trabalho na agricultura aproximava-se do trabalho de serventia doméstica e da construção civil em quantidade de pessoas ocupadas; já na safra, o trabalho na agricultura quase que monopolizava o emprego (CRUZ, 1992, p.171), indicando a centralidade dessa ocupação entre os trabalhadores de baixa renda. Ainda segundo Cruz, o perfil ocupacional da população de baixa renda em Campos nas décadas de 80 e 90, caracteriza-se pela sazonalidade do trabalho na lavoura, aliada à itinerância do regime de trabalho, e à “liberdade” da ausência do vínculo empregatício, tornando a força de trabalho em Campos um grande exército de “biscateiros”, que alternam, permanentemente, o trabalho na lavoura com o biscate na serventia doméstica, na construção civil, no comércio ambulante, ou na prestação de serviços como bombeiro, gasista, electricista, jardineiro.

cana não só perdeu importância na economia local, mas também entre os trabalhadores, sobretudo entre os mais jovens¹³.

As reclamações vão desde a falta de condição de trabalho e o seu caráter exaustivo até as doenças provenientes dessa atividade e os baixos salários. Para os jovens, o trabalho na cana já não figura mais como perspectiva de futuro. Para uma parcela desses jovens, a expansão da educação pública e a maior permanência na escola¹⁴, com todos os problemas que são próprios do ensino público no Brasil, vêm permitindo a eles, pelo menos no campo simbólico, desejar outras ocupações que não a cana. O que temos percebido é que, na ausência de alternativas mais qualificadas, os jovens têm preferido o biscate ao trabalho na cana. Outro dado que chama atenção com relação à perda de centralidade e de valorização do trabalho na cana é o fato de 90% dos trabalhadores rurais serem do sexo masculino e 80% deles ter mais de 40 anos, sendo metade com mais de 50 anos de idade.

Sobre as relações e condições de trabalho, apenas 66% responderam que não possuem carteira assinada, mesmo prevalecendo o assalariamento. Desse universo, 55% são mulheres e 45% são homens. Entre as ocupações sem carteira assinada, destacam-se: ajudante de pedreiro, manicure, catador, empregada doméstica, faxineira, diarista, pedreiro, e trabalhador rural. Em síntese, atividades precarizadas, mal remuneradas e desprotegidas e que compõem, em sua maioria, o universo de serviços prestados à burguesia e à classe trabalhadora integrada e que possui renda mais elevada, demonstrando que o novo desenvolvimentismo não tem sido capaz de gerar um emprego protegido e com remuneração capaz de promover as necessidades sociais de reprodução social da família do trabalhador.¹⁵

Um grupo de 26% disse que não está satisfeito com o trabalho atual¹⁶. Destes, o salário baixo foi motivo para 44%; a ausência da carteira assinada para 22%; as condições ruins de trabalho para 9% e a carga horária excessiva para 7%. Entre os insatisfeitos, encontramos ajudantes de pedreiro, catadores de material reciclável, empregadas domésticas, faxineiras/diaristas, pedreiros, serventes e trabalhadores rurais.

Perguntados sobre como conseguiram o trabalho atual, 47% responderam que foi por intermédio dos amigos, 21% por intermédio da família e 10% por intermédio dos vizinhos. Um percentual de 13% respondeu “outros” que não os apresentados,

¹³ A taxa de ocupação dos jovens de 18 a 29 anos beneficiários do PBF é de 43%. O trabalho rural foi citado por apenas um jovem com idade entre 18 e 24 anos, morador de um aglomerado urbano na zona rural. Considerando o universo de jovens trabalhando, ele equivale a 0,9%.

¹⁴ Os dados do IBGE/2000 indicam que houve uma melhoria quanto à frequência escolar dos jovens com idade entre 15 e 17 anos em Campos. Em 1991, 55,86% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola. No ano de 2000, esse índice cresceu para 75,44%, mesmo que só 30% estivessem matriculados no segundo grau, indicando uma elevada distorção idade-série.

¹⁵ Os estudos acerca da era Lula e Dilma indicam que embora o desemprego tenha diminuído e o emprego formal crescido com relação à década de 90, os novos postos de trabalho encontram-se, sobretudo, na construção civil e nos serviços e situam-se, majoritariamente, entre 1 e 3 salários mínimos (POCHMANN, 2009).

¹⁶ Vale lembrar que apenas o responsável pelo PBF respondeu ao formulário. Portanto, no caso daqueles que possuem cônjuges, foram as(os) esposas (os) que responderam. Isso pode ter interferido na resposta relativa à satisfação ou não com o trabalho. Só 6% preferiram não declarar.

5% participaram de algum processo seletivo, 2% prestaram concurso público e 1,6% conseguiu o emprego atual por clientelismo mediante influência de algum político. Essas informações nos auxiliam a problematizar melhor a dinâmica do mercado de trabalho para esse segmento, demonstrando as mediações que interferem em sua configuração no que se refere aos trabalhadores empobrecidos, desmitificando a ideia de que o mercado de trabalho é regido por leis gerais e impessoais. Em Campos, tradicionalmente, o mercado de trabalho na cana, mesmo com os “gatos” (intermediadores de mão de obra) sempre recorreu às indicações dos “chefes de turma” por bairros e/ou regiões que concentravam os “boias-frias”, confirmando a tendência histórica, pelo menos para os trabalhadores de menor renda, da indicação dos amigos, parentes e vizinhos.

O Universo Infanto-Juvenil

Outro aspecto que chama a nossa atenção e que merece ser analisado *vis-à-vis* a implementação dos Programas de Transferência de Renda refere-se às experiências de trabalho infantil. Não é novidade a forte associação do município de Campos com o trabalho infantil em virtude da trajetória histórica de trabalho de menores na cultura da cana-de-açúcar e, mais tarde, nas olarias¹⁷. Sobre a experiência de trabalho infantil entre os responsáveis e seus cônjuges, 63% dos mesmos responderam que começaram a trabalhar antes de completar 17 anos de idade: 4% deles começaram a trabalhar com idade entre 5 e 7 anos; 19% com idade entre 8 e 10 anos; 34% com idade entre 11 e 13 anos; 31% com idade entre 14 e 15 anos e 12% com 16 anos. Observamos que entre aqueles que começaram a trabalhar muito cedo, com idade entre 5 e 7 anos, 75% têm mais de 40 anos, portanto nasceram nos anos 50, 60 ou 70 do século passado. Quanto àqueles que começaram a trabalhar com idade entre 8 e 10 anos, 30% têm mais de 40 e 50 anos e 24% têm mais de 50 anos. Entre os que começaram a trabalhar com idade dos 11 aos 13 anos, 26% têm mais de 40 anos e 17% têm mais de 50 anos e, finalmente, entre os que começaram a trabalhar com idade dos 14 aos 15 anos, 42,3% têm entre 31 e 40 anos e 23,7% têm menos de 30 anos.

Considerando-se os jovens de 18 a 24 anos, 33% responderam que começaram a trabalhar antes dos 16 anos: 2,4% aos 7 anos; 15% começaram entre os 8 e 10 anos; 32% começaram entre os 11 e 13 anos e 50% com a idade entre 14 e 15 anos. Esses dados nos permitem verificar que o ingresso precoce no mercado de trabalho foi mais intenso nas gerações mais antigas, sobretudo entre aqueles que têm mais de 40 anos. As gerações mais novas, nascidas a partir dos anos 80 e, mormente, para aquelas nascidas pós-ECA (1990), a entrada no mercado de trabalho foi adiada para a faixa etária entre 14 e 15 anos. Cabe lembrar que no Brasil pós-ECA o trabalho infantil é proibido para

¹⁷ De acordo com a pesquisa do CEPECAM realizada entre os anos de 1991 e 1992, o trabalho infantil aparecia vinculado à cultura da cana-de-açúcar, à construção civil, ao comércio ambulante e à serventia doméstica (empregadas, babás e faxineiras). As olarias também eram um locus de trabalho infantil, mas não foram citadas em virtude de ser uma atividade localizada numa região específica da zona rural do município, conhecida como Baixada Campista e que ficou fora desta pesquisa.

aqueles com idade inferior aos 16 anos, com exceção na condição de aprendizes.

Em Campos dos Goytacazes, a primeira experiência de combate ao trabalho infantil é de 1991 quando o município implementou, com o apoio da OIT, o seu primeiro Programa de Combate ao Trabalho Infantil - o Programa Desafio. Esse Programa atendia a 350 crianças e adolescentes que trabalhavam nas lavouras de cana, geralmente acompanhando os pais com vistas ao aumento da renda familiar. Em 1993, o governo municipal decide criar um novo Programa de Combate ao Trabalho Infantil, dessa vez voltado para a reabilitação de meninas que trabalhavam em serviços domésticos. Em 1996, o município foi selecionado pelo governo federal para receber o PETI – o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – que foi implementado em 1988, atendendo a 2.614 mil crianças e adolescentes em 34 polos (31 na zona rural e 5 na zona urbana).

Os dados do IBGE (Censo, 2000) já refletem os impactos dessa Política Pública, indicando a queda nos percentuais de crianças e adolescentes trabalhando. Podemos observar que entre o ano de 1991 e 2000 o percentual de crianças com idade entre 10 e 14 anos trabalhando passou de 6,5% para 2,62%, o que equivale a menos 1.500 crianças trabalhando. Além da queda no percentual de crianças e adolescentes trabalhando, os dados do IBGE (Censo, 2000, 2010) indicam, conforme dados da Tabela 5, uma melhoria nos índices de frequência à escola tanto para as crianças quanto para os adolescentes.

Tabela 5 - Evolução da taxa de frequência à escola de crianças e adolescentes por faixa etária segundo fontes diversas

Faixa Etária	IBGE Censo1991	CEPECAM 1992¹⁸	IBGE Censo 2000	IBGE Censo 2010	Pesquisa PBF* 2010
10-14 anos	81,73%	74,18% (7 a 14 anos)	95%	97%	97,5%
15-17 anos	55,86%	41,74%	75,44%	85,7%	84,5%

Fonte: RELATÓRIO DE PESQUISA NETRAD (2012)

*Resultados da Pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família em Campos dos Goytacazes/RJ

Em 1991, para as crianças de 7 a 14 anos, o percentual de frequência escolar era de 81,73%. Em 2000 ele passou para 95%. Quanto à parcela de jovens de 15 a 17 anos, em 1991 ele era de 55,86%. Em 2000, ele atingiu 75,44%. Se considerarmos os dados de 2010 (IBGE/Censo), sete anos após a unificação dos Programas Federais de Transferência de Renda com a criação do Programa Bolsa Família em 2003 e com a expansão da cobertura desse programa, podemos observar o crescimento das taxas de frequência à escola nas duas faixas etárias atingindo 97% e 85,7%, respectivamente. É destacável o crescimento da frequência escolar dos jovens na faixa etária de 15 a 17

¹⁸ Diagnóstico realizado, em 1992, pelo CEPECAM/ Centro de Pesquisa da Cândido Mendes de Campos, e que apresenta uma análise socioeconômica das famílias de baixa renda residentes na zona urbana do município mais Travessão (um aglomerado urbano localizado na zona rural), cujo chefe do domicílio tinha renda até 2,5 salários mínimos mensais. (CEPECAM, 1992).

anos, ainda mais se considerarmos que é exatamente nessa idade que o adolescente abandona a escola, pelos mais diferentes motivos, dentre eles, a necessidade de trabalhar e a distorção idade-série.

No entanto, se tomarmos como referência os índices de frequência à escola das crianças e adolescentes beneficiários do PBF no município, os quais são pertencentes a famílias empobrecidas, observamos que eles não apenas cresceram com relação aos anos 90 (CEPECAM 1992) como também se equipararam aos índices do IBGE para o município de Campos, o que deve ser comemorado. Ainda que as críticas à qualidade da escola pública sejam pertinentes, não podemos deixar de considerar que o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família vem possibilitando o adiamento do abandono da escola. Por outro lado, salienta-se o crescimento do número de alunos que deixam os estudos por falta de interesse ou, simplesmente, “porque não gostava da escola”.

Entre os motivos apresentados para o abandono da escola, considerando a faixa etária entre 10 e 17 anos, temos, em ordem decrescente: porque não gostava da escola (33%), para trabalhar por decisão própria (12,5%), por motivo de doença (12,5%), para trabalhar por decisão dos pais (8%), porque engravidou (4%), dentre outros motivos e aqueles não declarados. Dois aspectos chamam a atenção: o primeiro é que a necessidade de trabalhar já não é mais o principal motivo de abandono da escola, como nas décadas anteriores para essa faixa etária; o segundo se refere ao crescimento da insatisfação com a escola. Embora esse argumento não seja uma novidade entre os adolescentes que abandonam a escola, a sua primeira colocação (33%) entre os adolescentes de 10 a 17 anos demonstra que, mesmo correndo os riscos de perder o benefício, a escola não tem sido um lugar agradável para eles, o que merece mais investigação. Ainda sobre essa questão, vale citar que, segundo diagnóstico realizado pelo CEPECAM (1992), além da necessidade de trabalhar e a insatisfação com a escola, compunham também o universo de motivos apresentados, a falta de vagas, as despesas com material e a falta de documentação, fatores que parecem ter sido enfrentados com o aumento de investimento na educação fundamental para dar conta da entrada dos alunos das classes populares a partir dos anos 90, nomeadamente com a aprovação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – em 1990, seguido da implementação dos Conselhos Tutelares e com a ampliação e reformulação da rede socioassistencial, na última década, em associação com os Programas de Transferência de Renda.

Sobre distorção idade-série, a pesquisa demonstra que entre as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 34% estão entre o 2º e o 5º ano e 41% entre o 6º e o 9º ano do 1º segmento. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, a situação ainda é mais grave, já que 47% encontram-se entre o 6º e o 9º ano e apenas 26% nas séries do 2º segmento ou ensino médio. Entre os jovens de 18 a 24 anos, na condição de filhos (71,5% do geral), a situação também é desanimadora, pois só 10% concluíram o ensino médio. Esse percentual pode ser menor se acrescentarmos os jovens dessa faixa etária que são chefes de domicílio (28,5%).

A falta de qualidade das escolas públicas, com raríssimas exceções, ainda é fonte de crítica e de preocupação dos familiares, educadores e estudiosos. Os indicadores relativos à repetência, distorção idade-série e evasão, sobretudo no ensino médio, indicam muito mais do que a ausência de qualidade da escola pública que é oferecida aos filhos dos trabalhadores pobres; eles expressam a crise dessa Instituição que já vem desde os anos 70, quando as classes dirigentes puseram em curso o processo de mercantilização da educação, expulsando os trabalhadores de maior renda para o setor privado (cidadão-consumidor) e relegando o ensino público.

Vale dar destaque ao fato de que entre as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos do PBF, 95,5% só estudam; 2% estudam e trabalham; 1% não trabalha nem estuda e 1,4% não declarou. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 75,3% só estudam; 9,2% estudam e trabalham, 5% trabalham, mas não estudam; 8% não trabalham nem estudam e 2,5% não declararam. Entre o grupo de 18 a 24 anos (72% na condição de dependentes), 21% só estudam; 23% estudam e trabalham; 26% só trabalham; 25% não estudam nem trabalham e 4% não declararam. Considerando aqueles com idade entre 25 e 29 anos (apenas 11% na condição de dependentes), 20% só estudam, 30% só trabalham e os demais 50% nem estudam nem trabalham.

Pertencentes às famílias empobrecidas, essas crianças e jovens constituem peças importantes nos “arranjos de inserção” (BORGES, 2006) desenvolvidos em face do desemprego e do subemprego que os afetam, em especial, naqueles arranjos compostos somente por mães e filhos (monoparentais femininas). No entanto, vale registrar que 100% das crianças e adolescentes com idade até 14 anos que estão trabalhando não abandonaram a escola e conseguem conciliar o trabalho com a escola. Se na década de 90, eles eram trabalhadores da cana-de-açúcar, ambulantes, biscateiros, empregadas domésticas e faxineiras, agora eles dividem a escola com o biscate, sugerindo que o trabalho não entra em conflito com a Escola para não colocar em risco os recursos de PBF.

Além disso, não podemos nos esquecer dos mecanismos e agentes fiscalizadores do trabalho infantil, mais ativos depois do ECA. Para o grupo de jovens com idade entre 15 e 17, anos a redução das taxas de ocupação também foi significativa. Aliás, as informações relativas à frequência escolar já demonstraram essas alterações. Mas, se tomarmos a pesquisa realizada pelo CEPECAM (1992), veremos que a taxa de jovens pobres trabalhando na faixa etária de 14 a 17 anos era de 43%, portanto bem superior aos atuais 14,2%. Entre as principais ocupações apareciam o emprego doméstico, o trabalho na cultura da cana-de-açúcar e o trabalho na construção civil, geralmente como ajudante de pedreiro. Atualmente, eles se distribuem entre biscateiros, ajudantes de pedreiro, ambulantes e serventes, indicando a exclusão do trabalho na cultura da cana, principal atividade até os anos 1990.

Se por um lado a implementação dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil e, mais recentemente, os Programas de Transferência de Renda fizeram diminuir as taxas de trabalho infantil, a persistência de 2% de crianças e adolescentes de 10 a 14

anos trabalhando entre os beneficiários do PBF nos sugere que tal Programa não tem sido suficiente para a eliminação dessa violação. Tal fato pode estar associado à cultura de trabalho infantil ainda existente em parcelas da sociedade, principalmente na área rural e, também, aos valores transferidos pelo PBF, considerados muito baixos pelas famílias, quando comparados à renda obtida pelo trabalho nas regiões economicamente mais dinâmicas.

No que se refere ao grupo de 18 a 24 anos, o problema se inverte, pois não se trata de reduzir as taxas de ocupação; mas de ampliá-las. Pressionado pelas péssimas condições de reprodução social das suas famílias, os jovens pertencentes às famílias de trabalhadores empobrecidos têm se tornado as maiores vítimas de um padrão de desenvolvimento que exclui uma parcela significativa dos trabalhadores da distribuição da riqueza socialmente produzida no país. Pressionados a ingressarem precocemente no mercado em resposta às péssimas condições de trabalho e remuneração dos seus pais, esses jovens passam a integrar uma força de trabalho desqualificada, desprotegida e superexplorada, sem as mínimas chances de se integrarem de maneira mais qualificada ao mundo profissional. Entre as principais ocupações dos jovens beneficiários do PBF, em ordem decrescente, enumeram-se: ajudante de pedreiro (10%), pedreiro (7%), vendedor (7%), faxineira-diarista (7%), empregada doméstica (6%), manicure (6%), servente (5%), biscateiro (4%), trabalhador de usina (2%), ambulante (2%), cozinheira (2%), secretária (2%), trabalhador rural (1%) e borracheiro (1%).

Além de indicar que o trabalho na cana já não possui a centralidade nas ocupações dos jovens, os dados supracitados evidenciam o conjunto de atividades reservadas aos jovens pobres, a saber, aquelas típicas de subemprego, desprotegidas e mal remuneradas, centradas nos serviços domésticos e na construção civil. Apenas 31% dos jovens de 18 a 29 anos possuem carteira assinada, e os baixos salários (para 40%), a ausência da carteira assinada para (20%) e as condições ruins de trabalho (para 20%) constituem os principais motivos de insatisfação com relação ao trabalho atual.

É notável o índice de jovens sem ocupação entre aqueles com idade entre 25 e 29 anos. Esse alto índice de não ocupação pode indicar não apenas a ausência de oportunidades de trabalho para os mais jovens¹⁹, considerando as altas taxas de desemprego juvenil no mundo e no Brasil, mas também a ausência dos requisitos mínimos solicitados pelo mercado de trabalho desde os anos 90, por parte dos jovens pobres, dentre eles, o ensino médio. Preocupa-nos também os percentuais de jovens que não estudam nem trabalham, o que pode indicar tanto o abandono da ideia de se integrar ao mercado de trabalho quanto o ingresso em atividade de natureza ilícita.

Entre os jovens de 18 a 24 anos que não estão trabalhando, 50% deles estão procurando trabalho. Entre os motivos para não estarem trabalhando, aparecem, em

¹⁹ Em 2009 o desemprego juvenil explodiu ao atingir 81 milhões de jovens em todo o mundo, o equivalente a 13% dos mesmos. Ainda que 85% deles estejam concentrados nos países da periferia, o crescimento do desemprego juvenil nos países da União Europeia (17,7%) e nos EUA (18%) vem colocando em questão as políticas neoliberais, assim como o modelo de desenvolvimento hegemônico nesses países. No Brasil, o desemprego entre os jovens alcançou, em 2005, 17,1%, mas se considerarmos as taxas entre os mais pobres, ela salta para 31,5% (OIT/Brasil).

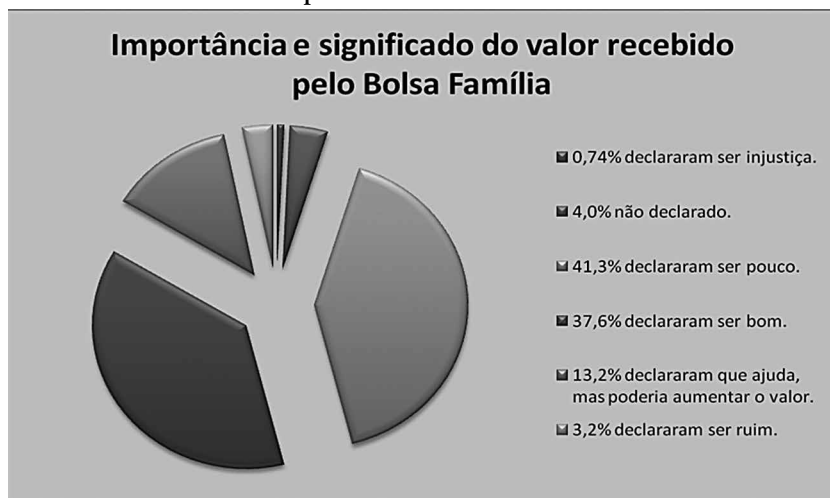
ordem decrescente: porque não encontra trabalho, porque está estudando, problemas familiares e problemas de saúde. Entre aqueles com idade entre 25 e 29 anos, 61% estão procurando trabalho e apresentam como motivo do desemprego: porque não encontra trabalho, problemas familiares, problemas de saúde e porque o marido não permite. Vale registrar que mais de 70% daqueles que estão sem ocupação na faixa etária de 25 a 29 anos são mulheres, das quais 39% são casadas e 59% solteiras com filhos que sobrevivem com os recursos provenientes do PBF e outros Programas e, às vezes, da ajuda da família.

Percepções do Programa Bolsa Família

Uma dimensão relevante para a compreensão do PBF no cotidiano dos trabalhadores empobrecidos tem sido as percepções dos mesmos sobre o Programa, o que tem nos auxiliado a problematizar as questões referentes aos “impactos” do PBF na vida dos trabalhadores mais pobres, aliás, uma questão que tem marcado o debate sobre o PBF. Ainda que essa questão mereça um tratamento mais adequado, faz-se necessário problematizá-la para superarmos as análises que associam o bem-estar dos trabalhadores a um pequeno aumento da renda familiar, perdendo de vista suas péssimas condições de trabalho e de reprodução social, marcada pela, quase sempre, ausência dos direitos sociais fundamentais.

Vejam as respostas dos beneficiários sobre os valores recebidos pelo PBF e sobre o que eles mudariam no Programa:

Gráfico 1 – Sobre o valor recebido pelo PBF



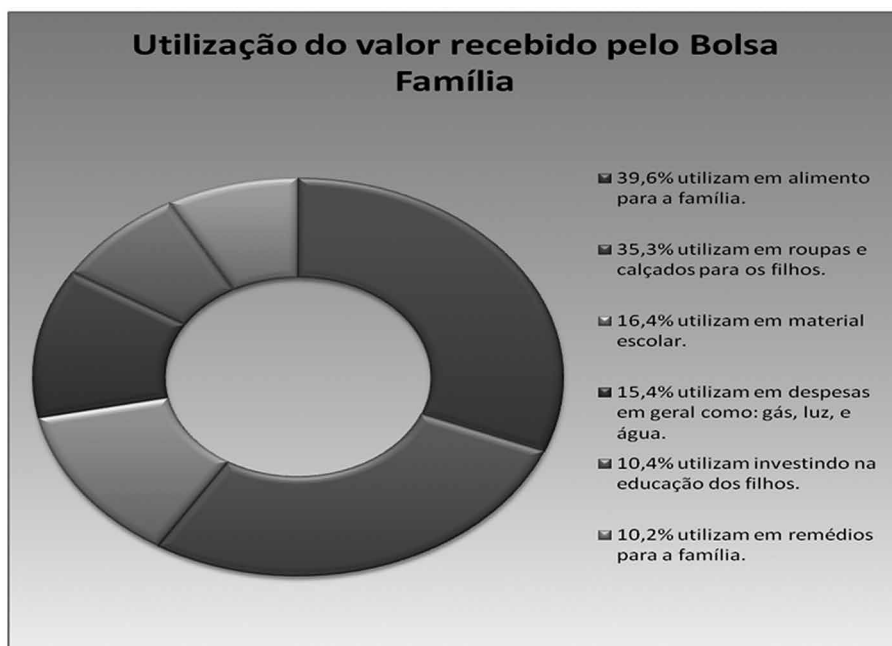
Fonte: RPBF/NETRAD (2012)

As respostas sobre o valor recebido pelo PBF variam entre “bom” (37,6%), “pouco” (45,24%) e “ruim/injustiça” (3,94%), indicando que, mesmo recebendo

o benefício, uma parcela majoritária considera o recurso transferido muito baixo, especialmente para alterar a vida deles. Cabe lembrar que a grande maioria não deixou de trabalhar depois que passou a receber o PBF, demonstrando que os recursos oriundos do Programa “ajudam”, mas não substituem a renda do trabalho. A propósito, isso pode ser comprovado pelos índices de ocupados e de procurando trabalho entre os beneficiários do PBF. Embora pareça contraditório, as famílias aprovam o Programa, deixando claro que mesmo enquanto “ajuda” ele contribui na aquisição de bens e serviços que, ou não são acessados pela via das Políticas Públicas ou não podem ser adquiridos no mercado apenas com a renda do trabalho dos membros da família.

As respostas quanto à utilização do recurso do PBF demonstram essa função de complementaridade assumida pelo Programa. Vejamos:

Gráfico 2 – Como você utiliza os recursos do PBF?



Fonte: RPF/NETRAD (2012)

Quanto à utilização do recurso transferido, percebemos que é utilizado prioritariamente na alimentação, no vestuário e no material escolar dos filhos, ratificando as pesquisas já realizadas a respeito no país. Em entrevistas, as mães fizeram questão de dizer que o recurso é utilizado sempre, em primeiro lugar, em favor dos filhos. A utilização dos recursos com despesas como gás, luz, água e remédio indica o ônus da metamorfose desses direitos em mercadorias, penalizando ainda mais o orçamento doméstico das famílias de menor rendimento. Daí o significado de complementaridade do PBF ou como preferem alguns autores como “alívio” da situação de pobreza, principalmente para as famílias mais vulneráveis como aquelas constituídas por mães e filhos. Aliás, as

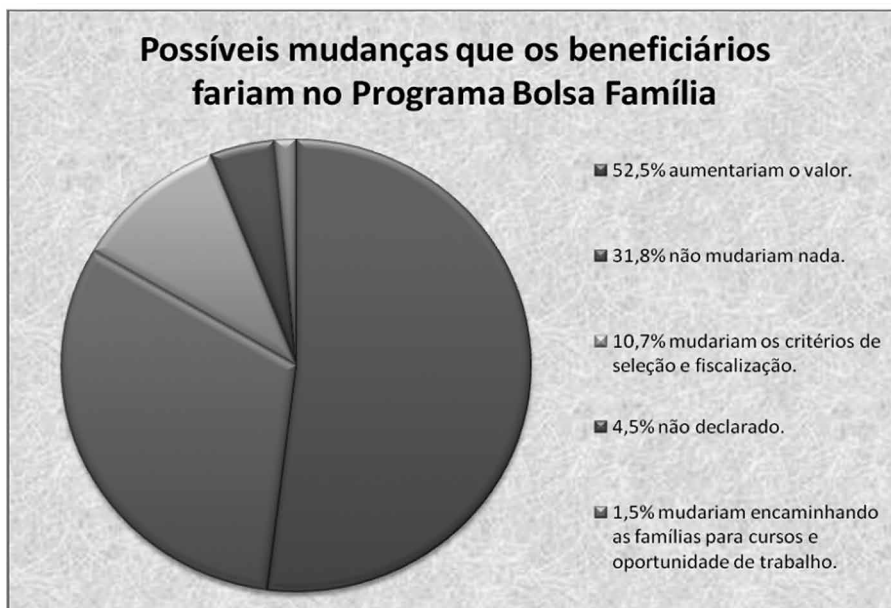
representações de beneficiárias do PBF expressam muito claramente o significado desse Programa em suas vidas, seus impactos e seus limites.

“Geralmente, a gente gasta com as crianças, na época da escola é com material escolar, as coisas de uso pessoal deles mesmo, tipo uma bolsa e também com alimentação que é muito importante, é um complemento, ajuda a gente muito. Já passei por muita dificuldade, hoje eu não passo porque eu corro atrás mesmo né? E tem alguns projetos que ajudam muito a gente né? Aqui em Campos são muito bom pra gente esses projetos que tem. As pessoas às vezes reclamam, mas na época dos meus pais mesmo não tinha esse tipo de coisa, esse tipo de ajuda do governo; é pouco mas eu acho que se a gente juntar e administrar bem, a gente vai conseguir esse progresso, vai ter mais crescimento e êxito. Eu compro roupa para eles, compra as coisas para dentro de casa que falta, compro mantimentos que a gente quer para dentro de casa, depois que eu consegui o bolsa família melhorou à beça, isso que eu faço com o dinheiro, manto sempre eles. (Entrevistada nº1, NETRAD, 2012).

“A única coisa que seria bom, mas é meio difícil é o bolsa família aumentar mais um pouco (risos) que ajuda muito a gente, né? Tem muita gente que fala que a gente gasta esse dinheiro à toa, mas algumas famílias deve fazer isso, que não precisa gasta à toa. Eu pelo menos não gasto à toa, ele é bem-vindo. (Entrevistada nº3, NETRAD, 2012).

“O bolsa família me ajuda porque sete filhos, minha filha, para comprar roupa e calçado, só o dinheiro que eu faço ali embaixo (lixão) não dá, entendeu? Se eu tiver o dinheiro do Bolsa Família, como em dezembro tinha um DVD mas eles quebraram, né?, e o ventilador, a mesma coisa. Aí eu fui lá comprei o DVD e o ventilador tudo à vista; aí eles ficaram bem satisfeitos porque era uma coisa para eles mesmos. Mas, o bolsa família também tem um bom lado que é assim, matéria de criança que não quer estudar. Eu no caso tenho o meu filho mais velho, ele é atrasado tem 14 anos e tá na 4ª série porque não se interessa, não estuda direito, eu venho na escola todo mês para ver se ele está direito, se ele está vindo às aulas, entendeu? Eu falo com ele, L (filho) tem que ir para a escola não é por obrigação do bolsa família não, você tem que ir para a escola para ser alguém na vida ou você quer catar lixo? Eu não vou dizer a vocês que eu nunca levei, eu já levei uma vez, mas eu não trabalhei hora nenhuma despreocupada, porque eu fiquei na preocupação porque eu já vi colegas, senhoras e adolescentes morrer. Então eu não trabalhei assim com a cabeça livre. Ele tava com uns pensamentos esse mês que pensou de vir trabalhar (no lixão), só que eu falei você não vai. Se você quiser dinheiro vai ter que esperar a pensão do seu pai, esperar o bolsa família sair, porque o meu dinheiro eu tenho minhas contas para pagar” (Entrevistada nº2, NETRAD, 2012).

Gráfico 3 – O que você mudaria no PBF?



Fonte: RPBF/NETRAD (2012)

Não surpreendem as respostas dos beneficiários sobre o que eles mudariam no PBF. Como já observamos anteriormente, a maioria considera o valor recebido muito baixo; daí a sugestão de aumentá-lo. Cumpre ressaltar que o valor médio recebido em 2013 foi de R\$ 151,87 (MDS), cifra que, ao contrário do que muitos acreditam, é muito aquém das necessidades sociais básicas de uma família. Mesmo para aqueles que disseram que não mudariam nada (31,8%), não significa que estejam satisfeitos com o valor recebido. Essa resposta indica um certo receio de que as críticas possam implicar o fim do PBF. É bom frisar que o PBF não constitui um direito socioassistencial da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), mas um Programa de governo sujeito, portanto, às mudanças da política. Não foi por acaso que, nas eleições presidenciais de 2010, diversos analistas políticos chamaram atenção para a força eleitoral do Programa – um excelente cabo eleitoral.

A maior queixa dos 10,7% que fazem críticas aos critérios de seleção e fiscalização é que “muita gente que precisa não foi selecionada; enquanto muitos que não precisam, entraram” (Relatório de Pesquisa NETRAD, 2012). Essas denúncias nem sempre têm fundamentos legais e institucionais. São juízos de valores baseados em critérios pessoais de justiça e de necessidade que nem sempre estão em conformidade com os critérios do PBF, em especial, com as excludentes *per capita* estabelecidas pelo governo federal. Além disso, existem as denúncias relacionadas àqueles que “não precisam”, mas recebem em virtude dos seus vínculos com a máquina eleitoral.

Vale a pena mencionar o percentual pequeno, mas significativo, de beneficiários que recomendam mais articulação do PBF com um Programa de Qualificação

Profissional e de Geração de Trabalho. Essa recomendação nos faz retomar a crítica aos Programas de Qualificação Profissional, que até 2012 eram cursos de curta duração, voltados prioritariamente para as mulheres, em especial, aquelas com idade acima de 50 anos e, majoritariamente, ligados ao artesanato e à culinária.²⁰ Acreditamos que a implementação do PRONATEC²¹ a partir de 2013 possa trazer alguns resultados mais positivos nessa complexa relação entre Assistência Social e Trabalho.

É preciso registrar que ainda que os Programas de transferência de renda estejam contribuindo para ampliar os percentuais de crianças e adolescentes na escola, aumentando seus anos de estudo e auxiliando na sua permanência, ele não é suficiente para fazer com que os jovens confiem na escola como um instrumento de mudança e tampouco a valorizem. Essa é uma tarefa que requer muito mais do que investimentos em políticas compensatórias. A necessidade de mais investimento nas políticas públicas fundamentais, da sua integração e universalização é cada vez mais urgente, não só do ponto de vista da minimização das sequelas que atingem os jovens brasileiros, maiormente pobres e negros, cada vez mais expostos à violação dos seus direitos mais fundamentais; mas também da garantia às condições mínimas para a construção de perspectivas e de possibilidades futuras. Soma-se a isso o fato de a ausência de uma Política de Emprego associada à Política de Educação, com ênfase no aumento da escolaridade juvenil e na formação profissional desse segmento, em especial, para aqueles pertencentes às famílias de trabalhadores pauperizados, ser um óbice para a conquista de melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, não superando as precárias condições de reprodução social dos seus pais.

A referida pesquisa evidencia, ademais, o caráter complementar e de “alívio” do Programa, limitando o seu alcance no que se refere ao enfrentamento da pobreza. Restrito à transferência condicionada de renda, o PBF não tem sido capaz de promover as mudanças significativas e necessárias na vida dos trabalhadores pauperizados, nem de apontar cenários futuros de autonomia. Cabe destacar que a grande maioria dos trabalhadores, subempregados e clandestinos não deixou de trabalhar depois que passou a receber o PBF, demonstrando que o Programa “ajuda”, mas não substitui a renda do trabalho e muito menos aponta para integrações menos subalternizadas e desprotegidas. Em outras palavras, a permanência da focalização, os baixíssimos valores repassados, a ausência de um projeto de proteção social universal que enfrente as hierarquias e desigualdades existentes e a insuficiência de recursos na universalização dos direitos fundamentais denunciam os limites do PBF como um programa de enfrentamento à pobreza e de garantia dos direitos de cidadania. Sua configuração atual o aproxima muito

²⁰ Ver ALMEIDA, Érica T. V de. O programa de geração de trabalho e renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições. *Vértices*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. V.11, nº1/3, jan./dez.2009. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, pp.87-108.

²¹ O PRONATEC ou Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. No Pronatec são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio.

mais dos programas neoliberais de “alívio” voltados para o segmento mais empobrecido da população, seja com a intenção de controle dos “pobres” e/ou de consentimento dos mesmos ao projeto neodesenvolvimentista em curso, ou ainda, para o seu papel estratégico na ampliação do mercado interno pela via do crédito, mesmo que às custas do endividamento dos mais pobres.

Referências

ALMEIDA, Érica T. V. de. A assistência social como política de enfrentamento da pobreza no Brasil: algumas problematizações a partir do programa bolsa-família em Campos dos Goytacazes/RJ. *Vértices*, v. 13, n. 3, p. 07-29, set./dez. 2011.

BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. *Revista brasileira de estudos de população*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222, jul./dez. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate. Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, 2006-2010*. Brasília/DF; SAGI, nº13, 2010. 242p.

_____. *Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros*. Brasília, DF: MDS; SAGI, nº1, set. 2005. 40 p.

CEPECAM. *Diagnóstico das condições socioeconômicas das crianças e adolescentes das famílias de baixa renda do município de Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, RJ, 1992. 167p. Mimeografado.

CRUZ, José Luis V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.159-178. set./dez. 1992.

IBGE. Censo Demográfico, 2000.

_____. Censo Demográfico, 2010.

NETRAD. *Relatório de Pesquisa com os Beneficiários do Bolsa Família*. [S. l.: S. n.], 2012.

_____. *Diagnóstico das condições socioeconômicas da infância e juventude de Campos dos Goytacazes / Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / UFF*. Campos dos Goytacazes, RJ: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima/PMCG, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P., STEIN, Rosa H. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, BEHRING (orgs.). *Crise do capital, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-63.

POCHMANN, M. *Qual desenvolvimento?: oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*, 1ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

SANTOS, Yumi G. dos. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família monoparental de cidade de Tiradentes. In: CABANES, R. et al. (orgs). *Saídas de emergência: ganhar e perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 417-436.

SANTOS, W.G dos. *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1969.

SARTI, Cynthia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Maria Ozanira Silva e, YAZBEK, Maria Carmelita, DI GIOVANNI, Geraldo. *A Política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, Vera da S. *A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade*. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBA, n. 30/31, p. 85-110, jan./dez.1999.

YAZBEK. *A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social*. *Cadernos ABONG*, São Paulo, v.3, [20-]. (Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, v. 3).

Artigo recebido em: 17 dez. 2013
Aceito para publicação em: 27 ago. 2014